

CONCLUSÕES

Sua Excelência o Ministro da Economia

Excelentíssimos Senhores Convidados

Senhor Bastonário

Senhor Presidente da Assembleia Geral

Caras e caros Colegas

Por todos, minhas Senhoras e meus Senhores

Aconteceu, uma vez mais, ter-me sido concedido o privilégio de apresentar as conclusões do Congresso realizado no inesquecível ambiente de Sintra e com a hospitalidade do Olga Cadaval.

Em rigor, todo o Conselho Diretivo e a Colega Ana Cristina Doutor se constituíram em entidade organizadora do Congresso – e o trabalho realizado pelos diferentes elementos, excluído o Senhor Bastonário, José Azevedo Rodrigues, foi a este dedicado, mais não se fazendo do que, desta forma, prestar um tributo à hercúlea tarefa que, em continuação dos seus predecessores, tem devotado à permanência da Ordem no ponto cimeiro das instituições que prestam um serviço público de carácter independente.

A presença e intervenção de Suas Excelências o Ministro da Economia, o Secretário de Estado das Finanças e o Presidente do Tribunal de Contas, a quem, naturalmente muito agradecemos, representam para nós, e julgamos poder afirmá-lo sem estultícia, o reconhecimento da utilidade e empenho dos revisores oficiais de contas no estabelecimento de uma sociedade mais seguramente informada, em benefício de todos os agentes económicos privados e do Estado.

Não irei apontar aqui, por mera contenção de tempo, as conclusões de uma forma granular, que estarão rapidamente no nosso sítio eletrónico.

Apenas anotarei os sinais evidentes das conclusões do Congresso.

É tautológico referir que a ocorrência dos momentos perturbadores que todos passamos deu o mote ao Congresso, desde logo à escolha da designação do tema.

Estes tempos são os que maiores exigências determinam para a nossa profissão e para a Ordem.

Acosados pela debilidade do período económico e financeiro, que afeta todos os setores da atividade, são persistentemente maiores as responsabilidades que nos são cometidas: acompanhamento das entidades públicas e privadas,

aproveitamento do valor acrescentado conferido pelas nossas capacidades, colaboração com todas as entidades tendo em vista a indispensável recuperação credível.

O relacionamento com o exterior torna a nossa profissão mais relevante, uma vez que são mais instantes os pedidos de informações seguras, que permitam decisões adequadamente fundamentadas.

Vieram até nós as entidades internacionais com quem estamos mais embrenhados e que pautam o desenvolvimento da auditoria – trouxeram-nos o perfil da atualidade da transformação que se opera, em alguns casos profundamente (p.e. alteração do relatório de auditoria), no trabalho encostado ou ditado pelas normas internacionais da IFAC e da organização da profissão e dos revisores sob o encaminhamento da FEE, as necessidades de simplificação de processos de comunicação, atentas as diversas características das entidades sob revisão de contas e dos próprios profissionais, a utilização das referidas normas internacionais, as conexões entre a evolução dos modelos contabilísticos e da auditoria, o relacionamento transfronteiriço dos revisores.

Estiveram connosco personalidades que intervieram sobre o setor público. Deve mencionar-se que, de há muito, a Ordem tem procurado servir as entidades do setor público, mais recentemente, por exemplo, as autarquias, e continuamos

disponíveis para alargar a cooperação, porventura na sequência da implantação das normas de contabilidade destinadas às entidades estaduais – a Ordem acompanha com todo o vigor os trabalhos da Comissão de Normalização Contabilística, regida, agora, pelo nosso anterior Bastonário.

Nunca, nos últimos congressos, deixámos de ter os empresários, no sentido amplo do termo, pensando nas grandes empresas e, sobretudo, nas de menor dimensão, que tecem a substância da nossa economia.

Num certo sentido, a Ordem instituiu-se em função das empresas, mediante os pedidos de trabalhos de revisão, plasmados, depois, no direito comercial.

É decisivo que tenhamos a percepção dos dirigentes empresariais acerca do nosso trabalho: recebemos aqui atenções elogiosas, mas sobretudo agradecemos as críticas e a manifestação de expectativas de acréscimo de valor – assistência às empresas, especialmente neste particular tempo de mudanças, simplificação de processos, em paralelo com as diferentes naturezas organizacionais, aprofundamento do trabalho de revisão acompanhado de honorários que, ainda que morigerados, espelhem a indispensável decência da sua fixação.

Fatores importantes do desenvolvimento da nossa profissão e, obviamente, da sociedade, são a formação e a inovação. Daí uma

conclusão simples: a de que é essencial a criação de vínculos entre a Ordem e os revisores e as escolas do ensino superior, em trajetos de ambos os sentidos, cooperando na divulgação e ensino das matérias – e são muitas – em que temos habilitações especiais e desenhando a formação apropriada à obtenção de profissionais ou futuros profissionais de uma sólida consciência dedicada à transparência da informação financeira e à compreensão dos limites inerentes ao processo de comunicação e ao revigoreamento da permanente juventude aliada à contínua atualização do conhecimento e à abertura à inovação em todas as circunstâncias.

Aos revisores é essencial o seu reconhecimento como profissionais polivalentes, portadores de grande valor acrescentado e disponíveis em condições de prudência humildade e boa consciência.

O Congresso foi animado, como, pela primeira vez, no anterior, com a apresentação, muito apreciada, pela elegância e pelo conteúdo, de instrumentos materiais e imateriais de tecnologias diretamente aplicáveis à profissão.

Esta parte do evento deixou clara a existência de apetrechos adequados aos diferentes tipos de organização dos revisores e das suas necessidades em decorrência do perfil das entidades a quem são prestados os serviços.

Em todo este contexto, não podia poderia faltar o específico capítulo da ética.

As conclusões, embora possam ser sempre as mesmas, têm de ser recordadas e confrontadas, como observámos, com experiências de outros domínios profissionais e sociais: o seguimento das normas, o exemplar relacionamento com os colegas, a perfeita ligação às entidades a quem prestamos serviços, a publicidade, o quadro de formação de honorários num ambiente de concorrência, a formação permanente dos revisores e dos seus colaboradores, o aconchego dos estagiários.

O que nos é pedido em termos profissionais e de relacionamento com a Ordem é uma carga pesada, que nem o sacerdócio, por certo, poderia suportar.

A Ordem, em consequência, tem sido, também, e continua a ser um espaço de mediação, de concertação, de aconselhamento, de reunião.

Tem de concluir-se, igualmente, que a estreita relação com as entidades de supervisão e com o CNSA é saudável, sem deixar de ser sublinhado que, no real contexto em que a profissão é exercida, as cambiantes das entidades a quem se prestam os serviços (por exemplo, entidades de interesse público ou outras entidades) devem merecer os correspondentes acompanhamentos

diferenciados, sendo de realçar o reconhecimento do cuidado que a Ordem aplica no controlo da atividade.

Sendo hora de finalizar, reiteramos o agradecimento pelo empenho das proeminentes individualidades institucionais que tiveram a amabilidade de estar connosco, de todos os palestrantes e moderadores, de todos os convidados e dos Colegas, estagiários e discentes dos nos nossos cursos, colaboradores dos revisores e colaboradores da Ordem – saímos daqui, após a intervenção de Sua Excelência o Ministro da Economia, para continuar a dar corpo às palavras do tema do Congresso: agora com quarenta anos, são maiores os desafios que no passado, mas é incomensuravelmente maior a vontade os vencer com as ferramentas, materiais por certo, mas nomeadamente da nossa vontade e perspectiva do interesse público.